

Para o professor, um dos principais erros de quem disputa a vaga é concentrar os estudos apenas em linguística. “Também será importante saber Ciência Política e essa nova disciplina de Reconhecimento de Fala, além dos demais conhecimentos previstos no edital”, orienta.

O alerta vale para Ana Raquel, formada em letras pela Universidade de Brasília (UnB). Ela escolheu a especialidade porque as funções exigem domínio da língua portuguesa, compreensão textual, gramática e vocabulário. O maior desafio, conta, é o processo legislativo, “principalmente pela quantidade de detalhes” que precisa memorizar, apesar do fácil acesso ao material.

Maria Eduarda Ribeiro Braga, 24 anos, vai disputar a mesma especialidade com outra bagagem. Também formada em letras pela UnB e moradora de Águas Claras, ela se dedica hoje em tempo integral aos concursos. Estuda para eles desde novembro do ano passado e, para a Câmara, desde janeiro. Fez provas de analista legislativo e de policial legislativo, além das seleções da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e da Funpresp-Jud. Linguística é o ponto forte. Regimento, ciência política e processo legislativo ela revisa a partir do que estudou para a prova de analista legislativo. O que pede mais dedicação é informática. Para ela, a especialidade não é só uma porta aberta a qualquer diploma. “Sei que para muitas pessoas é apenas o único cargo que não tem restrição de formação, mas eu genuinamente tenho um apreço enorme pelas atribuições do cargo.” Quando pensa na aprovação, lembra primeiro dos pais: “o possível retorno financeiro que eu poderia dar aos meus pais, especialmente em relação a um plano de saúde de qualidade”.

Onde estão as vagas

As outras 10 áreas do concurso exigem formação específica e registro no conselho profissional. Comunicação social, que reúne divulgação institucional, jornalismo e relações públicas, soma 20 vagas imediatas. Documentação e informação legislativa, nas áreas de arquivologia e biblioteconomia, tem 14; as quatro engenharias, seis; e museologia, uma.

O edital reserva 5% das vagas para pessoas com deficiência e 30% para candidatos negros, indígenas e quilombolas. Para distribuir as vagas de indígena e de quilombola entre as especialidades, a Câmara agrupou as vagas imediatas dessas 10 áreas e realizou um sorteio público em 8 de outubro.

Gui Carsan



Luis Henrique: doutrina e jurisprudência são cobradas

Segundo o edital de resultado provisório, publicado no mesmo dia, a vaga indígena ficou com jornalismo, e a quilombola, com divulgação institucional.

O edital traz outras duas regras que pesam na decisão do candidato. A primeira: os aprovados poderão ser nomeados pelo Senado Federal, a critério da Câmara, se aceitarem a convocação. Quem recusar mantém a classificação. A segunda: o servidor terá de permanecer por, no mínimo, três anos na unidade da primeira lotação. O concurso vale por um ano a partir da homologação do resultado, prazo que pode ser prorrogado uma vez, por igual período.

Como se preparar

No turno da manhã, o candidato terá cinco horas para resolver 180 itens de certo ou errado: 90 de conhecimentos básicos e 90 de conhecimentos específicos. À tarde, faz a discursiva em três horas. Para a maioria das especialidades, a discursiva tem duas questões de até 20 linhas e uma peça técnica de até 50 linhas, e cada erro de português reduz a nota. Os engenheiros respondem a três questões. Só tem a discursiva corrigida quem fica entre os mais bem classificados nas objetivas: no registro e redação, os 62 primeiros de cada lista, a de ampla concorrência e as de cotas.

Os conhecimentos básicos são comuns a todos: língua portuguesa, língua inglesa, tecnologia da informação e dados, direito cons-

Arquivo pessoal



Léo van Holthe garante que há tempo para estudar

titucional, direito administrativo, administração pública, Regimento Interno da Câmara e Regimento Comum do Congresso. “Para ser aprovado neste concurso, é preciso dominar o conteúdo e fazer uma excelente prova, dentro de uma perspectiva de equilíbrio entre todas as disciplinas”, diz Leo. A orientação dele é dedicar de 60% a 70% do tempo aos conhecimentos específicos, que também aparecem na discursiva, e o restante aos conhecimentos básicos, conforme a bagagem de cada candidato.

Quem disputa comunicação social corre o mesmo risco de estudar apenas a própria área. O domínio da comunicação é necessário, mas não suficiente, segundo Leo, porque a prova também cobra ciência política e processo legislativo. “Não adianta ser apenas bom no conteúdo específico de Comunicação Social. O candidato também vai ter que dominar outros temas para se diferenciar dos demais.” Para ele, a recompensa é cobrir o poder por dentro. “O comunicador vai estar cobrindo o Congresso Nacional com uma vantagem em relação a quem cobre de fora, com acesso direto a parlamentares.”

Luis Henrique de Moraes Alves, 31 anos, analista legislativo da Câmara e professor do QConcursos, chegou à Casa após cinco anos de estudo. Na vez dele, a base não era o problema. “O maior desafio foi a profundidade. O nível de cobrança de uma prova desse porte é outro”, lembra. Ele chama a atenção para a cobrança de doutrina e jurisprudência em todas as disciplinas. “Decorar lei e termos ajuda? Ajuda, mas não basta. O candidato precisa entender como a banca pensa, e isso só vem com muitas questões. Muitas mesmo.” Entender como a banca pensa começa pela regra de correção: na prova objetiva, cada resposta errada anula uma certa. Segundo Thiago Medeiros, professor do IMP Concursos, o Cebraspe trabalha com alterações sutis de palavras, inversões de lógica e generalizações, e, muitas vezes, uma única expressão torna o item errado. Por isso, a dúvida entre arriscar e deixar em branco pesa tanto.

Luis resolve essa dúvida com uma régua pessoal. Nos treinos com questões da banca, o candidato descobre a própria taxa de acerto. No dia da prova, responde primeiro aos itens de que tem certeza e confere quantos marcou. Quem acerta, em média, 80% nos treinos e, só com as certezas, marca cerca de 80% dos itens de acerto. No dia da prova, responde primeiro aos itens de que tem certeza e confere quantos marcou. Quem acerta, em média, 80% nos treinos e, só com as certezas, marca cerca de 80% dos itens de acerto. No dia da prova, responde primeiro aos itens de que tem certeza e confere quantos marcou.

tes de começar as matérias. “Os aprovados que acompanhei sabiam exatamente o que fazer na semana em que o edital saiu”, diz. O custo da fase, admite, é real. “Noites mal dormidas, irritação, tempo longe da família. Faz parte, e quem está nessa fase precisa saber que isso passa.” Leo segue a mesma linha: o candidato não deve esperar dominar todo o conteúdo para começar, e, sim, identificar os pontos fortes e fracos e manter uma rotina constante.

Maria Eduarda trata o estudo como trabalho: pelo menos oito horas por dia, todos os dias, com gasto aproximado de R\$ 1 mil por mês. Não bate ponto, mas presta contas a uma chefe, a mãe, “bem crítica” quando percebe que a filha não está rendendo. Após o edital, aumentou a carga de estudos e de questões e cortou o tempo de tela e os hobbies. Os fins de semana, antes livres para ler e sair com amigos, também viraram dias de estudo. A ansiedade aparece em perguntas que ela mesma se faz, como “e se eu não conseguir passar de novo?”. Para enfrentá-las, tira alguns minutos para respirar fundo na natureza e, depois, volta às questões. “O que ajuda a lidar com esse tipo de pensamento é agir, é fazer questão ou para perceber que tudo não passou de uma grande insegurança ou para ativamente resolver um problema.”

Ana Raquel ainda não organizou o horário de estudos. A ideia é estudar de manhã, antes do expediente, que costuma começar ao meio-dia, por pelo menos três horas por dia. O conselho veio de uma servidora aprovada no último concurso da Casa, que conciliava assim o trabalho com os livros. No ano passado, Ana Raquel comprou, por cerca de R\$ 1 mil, pelas contas dela, um curso com dois anos de acesso, apostilas em PDF e plataforma de questões. Na família, o exemplo não falta: os pais e o marido são concursados. “Esse fator me influencia bastante a estudar, porque gostaria de conquistar as mesmas condições de trabalho.”

Se for aprovada, ela deixará a editora. O edital prevê que os analistas de registro e redação sejam lotados na unidade de registro de debates, onde deverão permanecer por pelo menos três anos. Ana Raquel diz que, nesse caso, procuraria conhecer a equipe e entender a rotina do novo setor. “Também ficaria feliz em poder contribuir com a experiência que já tenho na Câmara e continuar aprendendo com os colegas.”

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**